

# ENUNCIADO: UM CONTRAPONTO ENTRE OS CONCEITOS DE BENVENISTE E BAKHTIN

Verônica Franciele Seidel<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo se propõe a discorrer sobre os conceitos de enunciado elaborados por Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, a fim de elencar diferenças e aproximações e de discutir, a partir dos dados analisados, os limites e as contribuições de cada uma das concepções de enunciado. Para isso, será utilizado como *corpus* de análise um conjunto de tirinhas do cartunista brasileiro Mauricio de Souza. Os resultados deste estudo indicam que, enquanto para Benveniste o fato de os enunciados serem caracterizados como atos e, por isso, únicos, é algo que só se aplica aos enunciados classificados pelo teórico como performativos, para Bakhtin, uma vez que todo enunciado tem a característica de unicidade e, por conseguinte, de singularidade, não é possível conceber um enunciado que seja repetível. Logo, para o pensador russo, qualquer enunciado é um ato e, portanto, refere-se a uma realidade que ele mesmo constitui.

**Palavras-chave:** Enunciado. Émile Benveniste. Mikhail Bakhtin.

**Abstract:** This study aims to discuss the concepts of utterance proposed by Émile Benveniste and Mikhail Bakhtin in order to list the differences and similarities and to discuss, based on the analyzed data, the limits and contributions of each conception. For this, we will use as *corpus* of analysis comics from the Brazilian cartoonist Mauricio de Souza. The results of this study indicate that, while for Benveniste the fact that the utterances are characterized as acts and, therefore, are unique it's something that could be applied only to utterances as performative; for Bakhtin, since every utterance has the characteristic of uniqueness, it is not possible to establish an utterance as repeatable. So, for the Russian thinker, every utterance is an act and, therefore, refers to a reality that it constitutes by itself.

**Keywords:** Utterance. Émile Benveniste. Mikhail Bakhtin.

## Introdução

Este texto se propõe a discorrer sobre os conceitos de enunciado elaborados por Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin. O intento deste estudo consiste, então, em abordar tais definições, a fim de elencar diferenças e aproximações e em discutir, a partir dos dados analisados, os limites e as contribuições de cada uma das concepções de enunciado.

Para atingir os objetivos propostos e para melhor demonstrar a contribuição e o alcance de cada um dos conceitos, serão analisadas tirinhas do cartunista brasileiro Mauricio

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: veronicaseidel@gmail.com.

de Souza, publicadas entre 1999 e 2001. A metodologia utilizada com a finalidade de alcançar esses objetivos será a qualitativa de caráter indutivo.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que, embora ambas as teorias – benvenistiana e bakhtiniana – estejam em voga atualmente, não há, *a priori*, nenhum estudo conhecido de caráter comparativo entre elas em relação, especificamente, à questão da tipologia dos enunciados. Além disso, este trabalho contribuirá para a compreensão do alcance de cada uma das teorias no que se refere ao conceito de enunciado.

Para isso, inicialmente, será apresentado, de forma breve, o caminho seguido pela Linguística, desde a definição de seu objeto por Ferdinand de Saussure até a inserção, em seu campo de estudos, de aspectos que haviam sido considerados pelo teórico genebrino como externos à língua. Em seguida, serão trazidas à tona as questões de cunho teórico que orientam a confecção deste trabalho, mais especificamente a definição de enunciado para Benveniste e Bakhtin. Após, analisar-se-ão as tirinhas que compõem o *corpus* deste estudo. A partir disso, espera-se demonstrar de que modo os conceitos de enunciado mobilizados pelos teóricos supracitados contribuem para as análises feitas e, ainda, para a Linguística de forma geral.

## **Enunciado(s) sob a ótica discursiva**

### **Breve contextualização sobre as teorias linguísticas**

A Linguística, como estudo científico da linguagem, tem início no século XX com Ferdinand de Saussure. Saussure tinha como um de seus objetivos conferir o estatuto de ciência à Linguística, o que, segundo ele, não ocorria nos estudos de Gramática Comparada, que era o que se tinha na época em termos de estudos da linguagem. Para isso, era necessário definir aquilo que seria o objeto de estudo dessa ciência, bem como qual seria o método empregado para empreender tal estudo.

Nesse contexto, Saussure faz uma distinção entre língua e fala, definindo esta como “a soma do que as pessoas dizem” (SAUSSURE, 2006, p. 27), ou seja, manifestações individuais e momentâneas, e aquela como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Devido ao fato de os fenômenos que constituem a linguagem – língua e fala – serem muito diversos, é necessário, segundo Saussure, escolher um desses fenômenos para voltar

seus estudos. Como uma ciência deve ocupar-se do estável, do geral, e não é possível reunir, sob o mesmo ponto de vista, a língua e a fala, opta, então, pela língua, pois esta é homogênea e faz a unidade da linguagem (NORMAND, 2009). Para Saussure, a atividade de quem fala também deve ser estudada no âmbito da Linguística, uma vez que a fala se subordina à língua pela relação que mantêm com esta. No entanto, a definição da língua como objeto da Linguística que se propõe a delimitar implica, necessariamente, a eliminação de tudo o que seja estranho ao sistema, pois não é possível estudar esses dois aspectos da linguagem ao mesmo tempo.

O pensamento de Saussure, embora este nunca tenha utilizado em seus escritos o termo “estrutura” (NORMAND, 2009), deu origem a uma Linguística estruturalista que vigorou até final de 1960. Nessa época, houve uma espécie de ruptura devido ao fato de o Estruturalismo ter desconsiderado aspectos dos fenômenos linguísticos que são essenciais para sua compreensão (ILARI, 2004). Essa ruptura abriu espaço para uma Linguística da Enunciação, que iniciou, basicamente, com os estudos de Émile Benveniste. Este teórico não negou os pressupostos de Saussure, mas trabalhou no sentido de aprimorá-los, passando a levar em conta o papel desempenhado pelo sujeito na língua, ou seja, “a pertinência do sujeito e dos mecanismos de sua enunciação para a linguística” (FLORES, 2005, p. 128-129). Assim, enquanto a preocupação principal de Saussure é a operação que permite abstrair o sistema da língua a partir dos fatos de discurso/fala, a de Benveniste é a de retomar a questão de forma exatamente inversa, privilegiando a realização do discurso, ou seja, da enunciação (ADAM, 2008).

Para Benveniste, a língua só é possível porque cada locutor apresenta-se como sujeito, remetendo a ele mesmo como “eu” no seu discurso. Ao fazer isso, “eu” propõe, necessariamente, outra pessoa – aquele que, embora sendo exterior a “mim”, torna-se o meu eco, ao qual eu digo “tu” e que me diz “tu” (BENVENISTE, 2005, p. 250). A língua está, assim, de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda, designando-se como “eu”.

O caráter sistemático da linguagem faz com que a apropriação assinalada por esses indicadores (“eu” e “tu”) propague-se na instância de discurso a todos os elementos suscetíveis de com eles concordar. Isso se dá através de formas “vazias” existentes na língua das quais cada locutor em exercício do discurso apropria-se. Tem-se, assim, a enunciação – um processo em que o locutor faz uso do aparelho formal da língua, referindo-se a palavras virtuais desta e tornando-as significantes. Nesse momento, coloca-se na posição de locutor e instaura o interlocutor, o espaço e o tempo em seu discurso (NORMAND, 2009).

Pode-se dizer, assim, que Benveniste entende a língua como um sistema orgânico de signos linguísticos, no qual está contido o uso que a fala promove, e o discurso como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 2005, p. 267). Desse modo, conforme a explicação de Adam (2008), pode-se dizer que Benveniste distingue uma linguística da língua/sistema, denominada semiótica, que significa cujo funcionamento é paradigmático e cuja unidade central é o signo, e uma linguística do discurso/fala, designada semântica, que comunica e cuja unidade é a frase.

Percebe-se, dessa forma, a relevância que a noção de sujeito adquire na teoria proposta por Benveniste, pois só existe um “eu” à medida que existe um “tu”. Além disso, antes da enunciação – ato de produzir enunciados –, a língua é somente possibilidade de língua, de modo que é justamente a apropriação por um sujeito que a torna real. Para Benveniste, “as formas somente adquirem sentidos através do ato de enunciação, ato individual que caracteriza o modo como a língua é mobilizada pelo locutor e passa a significar discursivamente” (ZANDWAIS, 2011, p. 15).

O pensamento de Benveniste articulou-se a partir do rumo que a Linguística foi tomando no Ocidente, no século XX, caracterizando-se, portanto, como um pensamento que foi originado da produção de conhecimento teórico em Linguística e que colaborou para a produção desse saber. Paralelamente, surgiu, por volta de 1924, o pensamento de Bakhtin<sup>2</sup>, que gerou teoria, mas que foi oriundo de desafios sociológicos enfrentados na Rússia naquele período.

Bakhtin também se preocupou com as questões do sujeito, no entanto com um enfoque diferente daquele conferido por Benveniste. Para Bakhtin, a língua configura um produto da atividade coletiva humana, de modo que todos os seus elementos refletem e refratam a organização econômica, social e política da sociedade que a institui. A língua está, assim, em constante processo de atualização, não sendo apenas um sistema abstrato de signos, mas um sistema de signos com valor ideológico (VOLOSHINOV, 1929<sup>3</sup>/2009).

Uma vez que a língua perpassa diferentes classes, carregando, portanto, possibilidades distintas de orientação ideológica, por meio dela, ao enunciar, o indivíduo posiciona-se socialmente no mundo. Esse posicionamento, esse julgamento de valor, no entanto, só se

---

<sup>2</sup> As questões acerca da autoria, em função do escopo deste estudo, não serão discutidas. Adotar-se-á, de forma geral, o nome de Bakhtin para fazer referência ao pensamento elaborado por um círculo de estudiosos, conhecido como Círculo de Bakhtin e integrado por vários teóricos, o qual teve Bakhtin como expoente. A citação de obras específicas terá como base a proposta de Faraco (2009) na obra “Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin”, ou seja, de considerar a autoria das edições originais.

<sup>3</sup> Refere-se ao ano original de publicação da obra em russo.

constitui no interior de um determinado grupo social. Pode-se afirmar, a partir disso, que a ideologia é indissociável da língua e que esta é condição para produção, conservação e transformação de valores e condutas.

Desse ponto de vista, a verdadeira essência da língua (VOLOSHINOV, 1926/1976) é o evento social da interação verbal, pois toda e qualquer enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados (BAKHTIN, 1952-53/2010a). Assim, todo signo, que resulta necessariamente de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo interacional, comporta duas faces, pois é determinado pelo fato de que procede *de* alguém (locutor) e se dirige *para* alguém (ouvinte) (VOLOSHINOV, 1929/2009).

É possível afirmar, então, que Bakhtin se preocupa com as relações intersubjetivas que organizam e estruturam o enunciado. Tais relações são tomadas no âmbito das posições enunciativas que cada participante ocupa na cadeia comunicativa e não no âmbito de uma realidade biossocial, que leva em conta pessoas reais.

## **O conceito de enunciado**

Benveniste, o primeiro linguista a desenvolver, a partir do quadro saussuriano, um modelo de análise da língua voltado, especificamente, à enunciação, é considerado o principal representante da teoria que levou esse nome – teoria da enunciação (FLORES, 2005; FLORES; TEIXEIRA, 2005). Para o autor, a enunciação é “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Tal ato introduz, em primeiro lugar, o locutor, ou seja, o “eu”, como parâmetro nas condições necessárias da enunciação.

O locutor utiliza-se do que Benveniste denomina de aparelho formal da enunciação para transformar a língua em discurso. Ao apropriar-se desse aparelho, o locutor enuncia sua posição, criando um centro de referência interno, manifestado por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (BENVENISTE, 2006). Dessas formas, que podem ser entendidas como formas de presença da subjetividade na linguagem (BRAIT, 2006), destacam-se os índices de pessoa – “eu” e “tu” – e de não-pessoa – “ele”.

“Eu” designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre esse “eu”, pois, dizendo “eu”, não é possível deixar de falar de mim. “Tu” é, necessariamente,

pensado por “eu” e não pode ser concebido fora de uma situação proposta a partir desse “eu”. “Ele”, por sua vez, comporta a indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa e tem por função exprimir a “não-pessoa”. Este é excetuado da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam, pois comporta, realmente, uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não se refere a uma “pessoa” específica (BENVENISTE, 2005). Assim, “ele” pertence apenas ao plano do enunciado e não da enunciação. Tais índices de pessoa fazem referência, sempre, à realidade do discurso, referência essa que une a “eu”/“tu” uma série de indicadores (pronomes, advérbios, locuções adverbiais etc.), isto é, um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à realidade, sempre disponíveis e que se tornam plenos assim que o locutor os assume em cada instância de seu discurso. O papel desses indicadores consiste em fornecer o instrumento para a conversão da linguagem em discurso, o que se dá, justamente, por meio da enunciação, a qual vincula o locutor e o alocutário ao mundo ou, mais precisamente, à realidade do discurso (ONO, 2007).

Antes da enunciação, a língua é apenas possibilidade de língua. Nesse momento, tem-se aquilo que Benveniste designa de nível semiótico, indicando as relações paradigmáticas (associativas) entre os signos, isto é, a língua como sistema, com função de significar. Depois da enunciação, “a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 2006, p. 83-84). É então que se estabelecem as relações sintagmáticas entre as palavras, as quais correspondem àquilo que o teórico designa como nível semântico, que têm a função de comunicar e que pertencem à enunciação. O que, em geral, caracteriza a enunciação é

*a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o quadro figurativo da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo (BENVENISTE, 2006, p. 87, grifos do autor).*

Percebe-se, assim, conforme explicita Flores (2005), que, para que a língua se instaure na enunciação, há a condição de que alguém fale (“eu”) para outro alguém (“tu”) de algo (“ele”). A intersubjetividade (relação entre o “eu” e o “tu”) é constitutiva do diálogo, que implica sujeitos enunciando formas linguísticas ao mesmo tempo em que se enunciam a partir dessas formas (BRAIT, 2006). A enunciação prevê, como já mencionado, a conversão individual da língua em discurso, o qual é tido como toda enunciação que suponha um locutor

e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o segundo. A enunciação consiste, assim, na “semantização da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Desde o momento em que o enunciador (“eu”) se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário (“tu”), ele dispõe, para esse fim, de um aparelho de funções (BENVENISTE, 2006), que é o aparelho formal da enunciação. Assim, um enunciado, produto da enunciação, para ser compreendido, não pode ser analisado sem que se leve em conta esses indicadores autorreferenciais.

Dentre os enunciados, Benveniste (2005), com base nas colocações do filósofo John Langshaw Austin, um dos primeiros a teorizar sobre os atos de fala, chama atenção para os performativos – aquelas sentenças em que a enunciação identifica-se com o próprio ato e refere-se a uma realidade que ela mesma constitui. Ou seja, aqueles casos em que dizer algo é, em circunstâncias apropriadas, não descrever ou declarar algo, mas sim fazer algo (AUSTIN, 1990). O enunciado performativo é o ato; aquele que o pronuncia cumpre o ato, denominando-o. E, por isso, “sendo um ato, tem a propriedade de ser *único*. Só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, uma só vez, em data e lugar definidos” (BENVENISTE, 2005, p. 302, grifo do autor). Dessa forma, é um ato individual e histórico, não podendo repetir-se, e toda reprodução será um novo ato efetuado por aquele que tem poder para tal. Afora isso, a reprodução do enunciado performativo por outro o transforma em enunciado constativo, ou seja, aquele que não é uma ação em si, mas apenas faz uma constatação acerca de determinada situação.

Diante disso, Benveniste (2005) propõe definir os enunciados performativos como aqueles enunciados em que “um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói como um *dictum*” (p. 300, grifo do autor). Para exemplificar tal definição, o autor traz o seguinte enunciado: “ordeno que a população seja mobilizada”, em que o *dictum* é representado por “a população seja mobilizada”.

Benveniste explica, ainda, que um enunciado é performativo na medida em que denomina a ato performador pelo fato de “eu” pronunciar uma fórmula que contém o verbo na primeira pessoa do presente. Assim, o enunciado “eu juro” seria um ato e, portanto, performativo, enquanto que “ele jura” seria apenas uma constatação e, por conseguinte, um enunciado constativo. Nessa classificação, há a ressalva de que um enunciado, dito por alguém a quem pertence o direito de fazê-lo, ou seja, por uma autoridade, pode não comportar um verbo declarativo, mas apenas o *dictum*, como em “a cátedra de botânica é declarada vaga”, e ainda assim ser de cunho performativo.

Outro ponto debatido por Benveniste diz respeito ao caso do imperativo, considerado por Austin como sinônimo de performativo. Para o teórico francês, no entanto, o imperativo caracteriza-se por produzir um resultado empírico, e o performativo “não o é por poder modificar a situação de um indivíduo mas na medida em que é *por si mesmo* um ato” (BENVENISTE, 2005, p. 303, grifos do autor). Benveniste explicita, ainda, que o imperativo não é denotativo e não visa comunicar um conteúdo, mas caracteriza-se como pragmático e visa a agir sobre o ouvinte. Desse modo, não é um tempo verbal e não comporta marca temporal nem referência pessoal. Não é um enunciado (não serve para construir uma proposição com verbo pessoal) nem tampouco performativo (não denomina o ato de palavra que se performa) (BENVENISTE, 2005).

O imperativo produz um comportamento, mas o enunciado performativo é o próprio ato que ele denomina e que denomina o performador. Nesse sentido, o que tem relevância é a forma dos enunciados e não o comportamento esperado do interlocutor. Assim, enquanto a advertência em um letreiro (como o termo “cão”, por exemplo) equivale, para Austin, a um enunciado performativo, para Benveniste, o letreiro é um simples sinal, uma vez que, segundo ele, cada um pode tirar a conclusão que quiser desse sinal e, por isso, só a fórmula “aviso-o de que” seria performativa de advertência. Não se deve tomar, justifica Benveniste, “a implicação extralinguística como equivalente da efetivação linguística” (BENVENISTE, 2005, p. 304). Além disso, ressalta o teórico que o performativo necessita de materialidade linguística e que o imperativo pode ser substituído por um gesto, por exemplo.

Com base nesses elementos, é possível depreender que, para Benveniste, a enunciação é uma referência única e irrepetível, ao passo que o enunciado – seu produto – não. Isso se dá, no entanto, apenas para os enunciados em geral, pois os enunciados performativos, por serem atos, são únicos e, portanto, só podem ser efetuados em circunstâncias particulares, uma só vez, em tempo e espaço definidos.

Já para Bakhtin, tanto a enunciação quanto o enunciado são eventos únicos e irrepetíveis. Isso se deve ao fato de que qualquer enunciado apresenta, além do componente verbal expresso, componentes não verbais, sem os quais não pode ser compreendido: o tempo e o lugar do evento do enunciado (quando e onde), o tópico ou o tema do enunciado (sobre o que se está falando – o herói) e a atitude do falante em relação ao que está acontecendo (avaliação). Tais componentes também podem ser definidos, segundo Voloshinov (1926/1976), como o horizonte espacial comum dos interlocutores, o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores e sua avaliação comum dessa situação.



O autor explica, ainda, que este último componente refere-se ao fato de que um discurso verbal envolve diretamente um evento na vida, fundindo-se com esse evento e formando uma unidade indissolúvel, de modo que o discurso verbal em si, tomado isoladamente como um fenômeno estritamente linguístico, não pode ser verdadeiro ou falso, necessário ou desnecessário. Tal aspecto justifica-se na medida em que nenhum fenômeno da natureza tem significado em si mesmo. É justamente por meio da discursivização que algum significado será atribuído a este ou àquele fato. Pode-se dizer, então, com base em Bakhtin (1952-53/2010c), que um discurso é sempre motivado por um reflexo do mundo objetivo, do mundo dos objetos, na consciência de alguém, que será expresso por este por meio da língua. Desse modo, todo discurso sempre conservará determinado valor, demonstrando certo posicionamento por parte daquele que o enuncia. Qualquer enunciado é, conforme explica Faraco (2009), ideológico em dois sentidos: “se dá nas esferas de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro)” (p. 47).

Isso está diretamente ligado ao fato de que a língua é, de acordo com o pensamento bakhtiniano, um produto da atividade coletiva do homem e de que todos os seus elementos refletem e refratam a organização econômica, social e política da sociedade. É, assim, o produto da vida social, sua criação e seu reflexo; não é, entretanto, um produto estático, mas um fluxo atualizado constantemente (VOLOSHINOV, 1983/1930). Esse produto se mostra por meio de enunciados, os quais constituem um ato singular irrepitível concretamente situado e emergindo de uma atitude ativamente responsiva, ou seja, de uma atitude valorativa em relação a um estado de coisas (FARACO, 2009). Cada enunciado é, assim, uma resposta, pois sempre emerge em um contexto cultural saturado de significados e valores, caracterizando-se como um ato responsivo – uma tomada de posição neste contexto.

Segundo Voloshinov (2009/1929), as relações de produção e a estrutura sociopolítica determinam todos os contatos verbais, os meios e as formas de comunicação possíveis. Além disso, o signo linguístico resulta necessariamente de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo interacional e é sempre marcado “pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados” (VOLOSHINOV, 2009, p. 45, grifos do autor). Pode-se pensar, assim, “a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos linguísticos, vendo-a como evento, sempre renovado, pelo qual o locutor se institui na interação viva com vozes sociais” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 45). Ainda é importante ressaltar que, para um objeto entrar no horizonte social de um grupo, é necessário que esse objeto esteja ligado a condições socioeconômicas essenciais desse grupo.

Ou seja, para que determinado objeto passe a ser designado no universo linguístico, é imprescindível que faça sentido para os indivíduos que dele se utilizam.

Nesse contexto, importa também definir o que os teóricos do Círculo de Bakhtin entendem por signo linguístico. Este seria um signo ideológico, que é tudo aquilo que possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, refratando ou refletindo outra realidade que não a sua. Destarte, o signo linguístico, por apresentar essas características, é um signo ideológico – diz respeito a uma realidade outra que não a sua própria (que é a realidade material fônica), mas sim a algum fenômeno da natureza ou da consciência social (VOLOSHINOV, 1929/2009).

Os enunciados, construídos com o auxílio de unidades da língua, manifestam, assim, a verdadeira essência desta, que é o evento social da interação verbal. Cada enunciado – produto da enunciação – resulta de elementos não reiteráveis, únicos a cada vez que são ditos (tema), e de elementos reiteráveis (significação). O tema é o sentido da enunciação completa, é individual e não reiterável; é a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. Já a significação diz respeito aos elementos reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos. Assim, enquanto o tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução, a significação é um aparato técnico para a realização do tema. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial de significar no interior de um tema concreto. Há, assim, uma tensão permanente entre o tema e a significação de um enunciado, dando origem a uma contradição dinâmica entre o aspecto imutável do signo e o aspecto mutável e dependente da situação de enunciação; isto é, entre o significado estável de uma enunciação e seu tema móvel e único; entre os diferentes acentos sociais de um mesmo signo linguístico (FARACO, 2009).

Faz-se relevante ressaltar, ainda, que a enunciação é apenas parte de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta, que constitui, por sua vez, um momento na evolução contínua de um grupo social determinado (VOLOSHINOV, 1926/1976; 1929/2009). Isso significa que um enunciado qualquer não existe isoladamente, ele participa do fluxo unitário da vida social de determinado tempo e espaço, refletindo sua base econômica e suas relações de produção e envolvendo-se em interação e troca com outras formas de comunicação.

Pode-se afirmar, assim, que toda e qualquer enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados (BAKHTIN, 1952-53/2010a), procedendo *de* alguém (locutor) e se dirigindo *para* alguém (ouvinte) (VOLOSHINOV, 1929/2009). A comunicação é entendida por uma relação de alteridade, em que o “eu” se constitui pelo reconhecimento do

“tu”, isto é, em que o reconhecimento de si ocorre pelo reconhecimento do outro (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

Conforme Bakhtin, “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.” (1952-53/2010b, p. 271). Desse modo, conforme Flores e Teixeira (2005), a matéria linguística adquire significação em um processo ativo e responsivo, ou seja, em um processo intersubjetivo. Cada enunciado responde a outros, anteriores, e refletirá em outros, posteriores, fazendo parte de uma cadeia discursiva cujo início ou fim é impossível determinar. O enunciado tem seus limites fixados, assim, pela alternância dos sujeitos do discurso e por uma espécie de exauribilidade do objeto, que irá permitir que o falante diga o que quer dizer sob certas condições e que alguém possa responder ao que foi dito, ocupando uma posição responsiva (BAKHTIN, 1952-53/2010b).

### **O conceito de enunciado e seus desdobramentos na análise do gênero “tira”**

Neste estudo, serão analisadas tiras da autoria de Mauricio de Souza, tendo como base o conceito de enunciado proposto por Benveniste e por Bakhtin. Esse gênero pode ser definido, conforme Costa (2008, p. 172), como:

segmento ou fragmento de História em Quadrinhos (HQs), geralmente com três ou quatro quadros, apresenta um texto sincrético que alia o verbal e o visual no mesmo enunciado e sob a mesma enunciação. Circula em jornais ou revistas, numa só faixa horizontal de mais ou menos 14 cm x 4 cm, em geral, na seção “Quadrinhos” do caderno de diversões, amenidades ou também conhecido como recreativo.

Esse tipo de gênero causa humor, geralmente, por meio da quebra de expectativas do leitor. A seguir, a análise de quatro tiras que atendem a esse critério.



Figura 1 - Tirinha 1.

Fonte: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira103.htm>>. Acesso em: 02 maio 2013.

A tirinha 1, da autoria do cartunista Mauricio de Souza, foi publicada em 1999. Nela, retrata-se a conhecida dificuldade de fala da personagem Cebolinha, integrante da Turma da Mônica, que troca o fonema /r/ por /l/. A tirinha em questão é dividida em três segmentos. No primeiro, o leitor, assim como Cascão, personagem que participa dessa cena, é levado a crer que tal dificuldade foi superada, uma vez que Cebolinha profere o trava-língua “O rato roeu a roupa do rei de Roma” de forma natural. No segundo segmento, Cascão, ao perceber tal fato, acredita que uma modificação tenha ocorrido e exclama: “Cebolinha, você aprendeu a falar!”. Já no terceiro segmento, como resposta à exclamação de Cascão, Cebolinha responde “Clalo”, negando o fato aparente de que havia superado seu bloqueio em relação à pronúncia do /r/.

Diante disso, tem-se que o conjunto de palavras com o mesmo fonema pronunciadas por Cebolinha, as quais constituem um enunciado, são referentes a uma ação de outro ser que não ele. Ou seja, aquilo que Cebolinha enuncia diz respeito à percepção acerca de um ato – roer a roupa do rei de Roma – cometido por alguém – o rato. Analisando-se apenas esse fragmento inicial da tirinha, poder-se-ia afirmar, com base em Benveniste (2005), que não se trata de um enunciado performativo, visto que não enuncia um *dictum*, mas um *factum*. Tal enunciado, no entanto, pode ser considerado um ato, se for levado em conta que ele, por si só, é o suficiente para agir sobre uma crença: a de que determinada dificuldade foi superada. Embora tal crença seja desfeita na última parte da tirinha, no momento em que Cebolinha utiliza o /l/ quando deveria, na verdade, fazer uso do /r/, em “clalo”, o efeito do primeiro enunciado não é modificado.

Nessa tirinha, é possível perceber que o conteúdo do enunciado é irrelevante em relação ao seu significado, pois o que realmente interessa é a forma do enunciado, estruturado como trava-língua. Qualquer frase que fosse um trava-língua baseado no fonema /r/, como “Trazei três pratos de trigo para três tigres tristes comerem” ou “A Iara agarra e amarra a rara

arara de Araraquara”, serviria igualmente bem para representar a dificuldade de Cebolinha em pronunciar tal som. Pode-se afirmar, assim, que o objeto do primeiro enunciado dessa tirinha, ou o herói conforme a terminologia de Voloshinov (1926/1976), é o trava-língua e não um ato realizado pelo rato.

Desse modo, o enunciado em questão (“O rato roeu a roupa do rei de Roma”), ao fazer uma constatação acerca de um ato exercido por alguém, está, em última análise, servindo como um *dictum* sobre o próprio enunciador – Cebolinha – e sobre sua condição – capacidade (ou não) de pronúncia do fonema /r/. Assim, um enunciado que teria como conteúdo uma avaliação da atitude de outrem está, na verdade, sendo um ato e, conseqüentemente, único, já que o mesmo enunciado dito por outro enunciador ou em outras circunstâncias não teria os mesmos efeitos.



Figura 2 - Tirinha 2.

Fonte: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira148.htm>>. Acesso em: 09 maio 2013.

A segunda tirinha, também da autoria de Mauricio de Souza e publicada em 1999, divide-se em duas partes. Na primeira, o médico pede a Cebolinha que “mostre a língua” e, na segunda, Cebolinha faz isso, ainda que não da forma esperada.

Nesse caso, o imperativo “mostre a língua”, seguido do vocativo “garoto”, tem o poder de criar um acontecimento. Para que fosse performativo, segundo Benveniste (2005), esse enunciado teria de conter um verbo na primeira pessoa do presente, como, por exemplo, “eu ordeno que mostre a língua”, e não poderia ser substituído por um processo que produzisse o mesmo resultado, como um gesto, o que levaria à possibilidade de dispensar a materialidade linguística.

No entanto, esse primeiro enunciado é condição *sine qua non* para criar o enunciado seguinte, em que Cebolinha diz “bláááá!” e mostra a língua para Mônica. Para criar esse dito, é necessário que Cebolinha se utilize da ordem dada pelo médico e subverta-a. Ao fazer isso,

ele está produzindo um enunciado único e irrepetível, pois só a fala do médico, constitutiva do primeiro enunciado, é que permite que seu ato pareça justificável, já que “pediram” a ele que fizesse isso.

É importante ressaltar, ainda, que esse enunciado reflete a organização da sociedade, uma vez que Cebolinha deve responder à solicitação do médico, por este ser uma espécie de autoridade, ou seja, ocupar uma posição discursiva superior à sua – que é a de paciente. Contudo, tal enunciado também refrata a realidade, modificando-a, pois Cebolinha se utiliza da ordem do médico para se posicionar como sujeito, ocupando o lugar discursivo de amigo da Mônica e não mais de paciente. Essa atitude deixa Mônica e o médico perplexos, fazendo com que aquela não possa bater em Cebolinha com seu coelho, fato habitual da relação entre os dois, pois ele estava apenas ocupando uma posição possibilitada pelo discurso do médico e “cumprindo” uma ordem, não podendo ser culpado por isso.

Pode-se perceber, então, com base em Voloshinov (1929/2009), que o enunciado de Cebolinha reflete e refrata a realidade. Reflete por “obedecer” à ordem médica e refrata por, ao dar tal resposta, posicionar-se como sujeito, alterando a realidade da consulta. Além disso, cabe realçar que tal enunciado é determinado pela situação social mais imediata – a consulta médica e a presença de Mônica no consultório – e pelo meio social mais amplo – a hierarquia discursiva entre a posição ocupada pelo paciente e pelo médico, que deveria garantir a autoridade deste sobre aquele.



Figura 3 - Tirinha 3.

Fonte: <<http://www.monica.com.br/cookpage/cookpage.cgi?!pag=comics/tirinhas/tira238>>. Acesso em: 18 maio 2013.

A terceira tirinha analisada, publicada em 2001 por Mauricio de Souza, pode ser seccionada em três partes. Na primeira, tem-se um pedido de Cebolinha à Mônica estruturado no imperativo. Na segunda, Mônica, por surpreender-se com tal pedido, pergunta a Cebolinha o que este quer lhe dizer. E na última parte, Cebolinha surpreende Mônica novamente dando a ela uma ordem.

Com base na categorização de Benveniste (2005), conforme já visto na tirinha anterior, nem o primeiro enunciado nem o último seriam performativos, uma vez que não contêm verbos na primeira pessoa do presente, como “eu ordeno que olhe dentro dos meus olhos” ou “eu ordeno que você seja um cachorro”, mas apenas verbos no imperativo que se caracterizam como pragmáticos, não sendo nem enunciados nem performativos.

No entanto, ao se considerar que o pedido de Cebolinha, expresso na primeira parte da tirinha, é que abre possibilidade para que o último dito dessa personagem ocorra, já que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 1952-53/2010b, p. 272), é necessário repensar a condição dessas frases como enunciados. Observe-se que, na última parte do texto, o dito “você é um cacholo”, repetido diversas vezes, seria por si só um enunciado e performativo, pois constitui o próprio ato que é capaz de hipnotizar.

Cebolinha tenta hipnotizar Mônica a fim de reverter a hierarquia que caracteriza a relação dos dois, já que, usualmente, é esta quem manda naquele. No entanto, Cebolinha não obtém sucesso, pois não estaria habilitado a realizar tal ação de hipnose, uma vez que não ocupa a posição de autoridade de um hipnotizador. Se assim fosse, como propõe Benveniste (2005), a estrutura “eu ordeno que você seja um cachorro” poderia ser substituída, simplesmente, por “você é um cachorro”, como ocorre na terceira parte da tirinha, e ainda assim teria o efeito desejado.

Assim, Cebolinha, ao tentar se utilizar da língua para realizar uma inversão nas posições discursivas ocupadas por ele e por Mônica, dando origem a uma situação em que ele ordenaria e ela obedeceria, acaba não tendo sucesso. Isso pode ser explicado na medida em que, embora seus ditos sejam, com base no pensamento bakhtiniano, de fato, enunciados, não funcionam como uma fórmula mágica capaz de modificar a situação, pois seria necessário que ambos, Cebolinha e Mônica, compartilhassem da mesma avaliação em relação ao que está acontecendo, ou seja, tivessem a mesma atitude perante o enunciado de Cebolinha no terceiro fragmento da charge.



Figura 4 - Tirinha 4

Fonte: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira44.htm>>. Acesso em: 18 maio 2013.

A quarta e última tira em análise, publicada em 1999, pode ser considerada em três momentos distintos. Primeiramente, tem-se a personagem Cebolinha solicitando a Cascão que se afaste para que este possa ser fotografado por aquele. À medida que Cascão vai se afastando, Cebolinha pede que se afaste ainda mais, como se não fosse possível fotografá-lo ainda. Após Cascão ter se afastado o suficiente para que ultrapassasse o limite em que havia terra firme e ficasse “flutuando” sobre a água, Cebolinha, indignado, afirma “Dloga” e, depois, questiona a si mesmo: “Como ele consegue isso?”.

No primeiro momento, há uma tentativa por parte de Cebolinha de fazer com que Cascão se afaste tanto que caia na água. Para isso, Cebolinha utiliza como motivação o fato de tirar uma fotografia de Cascão e expressa esse desejo por meio da linguagem, dizendo apenas: “Mais! Mais”. Aqui, há uma espécie de ordem enunciada por Cebolinha, a qual não poderia ser entendida, de forma alguma, sem levar em conta o contexto em que ocorre essa interação.

No entanto, Cebolinha percebe que sua ordem, embora tenha produzido o efeito esperado, *a priori*, não foi o suficiente para resultar no que queria, *a posteriori*. Cascão realmente afasta-se, mas, contrariando o esperado, não cai dentro da água, pois consegue ficar sobre a superfície. Diante desse fato, Cebolinha, entre perplexo e irritado, enuncia o termo “Dloga”.

Como tal enunciado não expressa satisfatoriamente aquilo que gostaria, Cebolinha diz: “Como ele consegue isso?”. Nesse momento, abrem-se duas hipóteses de interpretação. Se tal enunciado for analisado sob a luz da teoria enunciativa de Benveniste, o “ele” funcionará como uma não-pessoa, alguém que está fora da enunciação e, por isso, não tem direito à resposta, não pode ocupar o lugar do “tu” e tão pouco o lugar do “eu”. O mesmo enunciado, contudo, se analisado com base nas reflexões bakhtinianas carrega uma significação totalmente diversa. O “ele”, dito por Cebolinha, refere-se ao herói do enunciado, àquele sobre



quem se diz algo e que ocupa, conseqüentemente, o núcleo do que é dito. Assim, Cascão deixa, por um instante, de ocupar a posição de interlocutor, daquele a quem Cebolinha se refere, e passa a ocupar o lugar de objeto sobre quem se fala. No entanto, essa posição de objeto não implica a impossibilidade de que Cascão passe a atuar como o “tu” dessa interação, pois a relação ternária sobre a qual se estrutura todo e qualquer enunciado confere o mesmo valor a cada um dos elementos: locutor, interlocutor e herói. Todos eles são fundamentais e indispensáveis para que uma enunciação, de fato, ocorra.

A partir de tais elementos, pode-se constatar que, embora o enunciado inicial de Cebolinha não possa ser considerado performativo, com base no pensamento de Benveniste, pois não comporta um verbo na primeira pessoa do presente e poderia ser substituído por um processo que produzisse o mesmo resultado, como um gesto e tal como ocorre na segunda tirinha analisada neste estudo, este enunciado é único no contexto em que se apresenta. Funciona, assim, como um ato, pois se une ao evento cotidiano da vida, tornando-se parte desta. Ao mesmo tempo, o fato de Cebolinha referir-se a Cascão como “ele” e não como “tu” poderia significar a atribuição a este de características que o elevariam da relação constitutiva “eu”/“tu”, pois Cascão demonstra uma habilidade que, pelo menos a primeira vista, é impossível de ser desempenhada por Cebolinha. Assim, o “ele”, ao invés de funcionar como uma não-pessoa, funciona como um ponto de referência em relação ao qual o “eu” se constitui. Só há espaço para a enunciação de Cebolinha em face das características demonstradas por Cascão.

### **Considerações finais**

A análise do *corpus* deste estudo permite evidenciar que os conceitos propostos por Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, embora partam de um ponto que pode ser considerado comum – a inserção de fatores como o sujeito e a situação em suas reflexões teóricas acerca da linguagem –, apresentam diferenças significativas. Enquanto que, para Benveniste, a enunciação é uma referência única e irrepetível, mas o enunciado, seu produto, não, para Bakhtin, tanto a enunciação quanto o enunciado são eventos únicos e irrepetíveis. Uma vez que a enunciação e o enunciado fazem parte de um evento da vida, eles não poderão, jamais, ocorrer novamente sem que sejam já outros.

Assim, se, para Benveniste, o fato de os enunciados serem caracterizados como atos e, por isso, únicos é algo que só se aplica àqueles que o teórico classifica como performativos,

que seria o caso das sentenças em que dizer é, ao mesmo tempo, fazer, para Bakhtin, como todo enunciado tem a característica de unicidade e, por conseguinte, de singularidade, não há possibilidade de conceber um enunciado diferente. Todos eles fazem parte de uma cadeia discursiva e, no momento em que são enunciados, já constituíram um elo dessa cadeia, influenciando, necessariamente, os enunciados que ainda virão e que, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, responderão aos enunciados que já foram ditos.

Desse modo, se todo e qualquer enunciado é constituído por tais aspectos, todos eles são um ato e, portanto, referem-se a uma realidade que eles mesmos constituem. Por esse viés, não seria possível, com base na teoria dialógica da linguagem, tal como pensada por Bakhtin e o Círculo, estabelecer uma classificação entre os enunciados que os separasse em constativos e performativos, por exemplo, como o faz Benveniste.

## Referências

ADAM, J-M. *A linguística textual*. Introdução à análise textual dos discursos. Editora Cortez: São Paulo, 2008.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. M. Apontamentos de 1970-1971. In: *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. p. 367-392 (original russo, 1952-53).

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. p. 261-306 (original russo, 1952-53).

\_\_\_\_\_. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: *Estética da criação verbal*. 5 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c. p. 307-336 (original russo, 1952-53).

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BRAIT, B. Enunciação e intersubjetividade. *Revista Letras*, n. 33, p. 37-50.

COSTA, S. B. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FLORES, V. N. Por que gosto de Benveniste? *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 1, n. 2. p. 127-138, jul./dez. 2005.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

ILARI, R. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: BENTES, A. C.; MUSSALIN, F. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, A. *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

VOLOCHINOV, V. N. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica*. Tradução para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik. *Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics*. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*, New York, Academic Press, 1976 (original russo, 1926).

\_\_\_\_\_. *Literary Stylistics*. In: SHUKMAN, A. (Org.). *Bakhtin school papers*. Russian Poetics in Translation. Somerton: Old School House, 1983, p. 93-152 (original russo, 1930).

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do Método Sociológico na ciência da Linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo, Hucitec, 2009 (original russo, 1929).

ZANDWAIS, A. Demarcando relações entre enunciado e enunciação a partir de diferentes leituras. *Guarapuava*, v. 2, n. 1, p. 14-22, jul. 2011.